

OF OCE 006/2019  
Curitiba, 08 de fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor,  
**Carlos Roberto Massa Junior**  
Governador do Estado do Paraná  
Curitiba – Paraná

Senhor Governador,

O cooperativismo paranaense tem contribuído para o desenvolvimento da economia estadual, em especial nos municípios do interior do Paraná. As 215 cooperativas registradas no Sistema Ocepar reúnem 1,8 milhão de cooperados e respondem por 96 mil empregos diretos. Em 2018, as cooperativas faturaram R\$ 83,5 bilhões, recolheram R\$ 2,1 bilhões em tributos e foram responsáveis por uma movimentação de US\$ 3,9 bilhões nas exportações. Além disso, nos últimos 10 anos foram investidos em média mais de R\$ 2,0 bilhões por ano, principalmente no desenvolvimento da agroindústria, na armazenagem e infraestrutura de atendimento aos cooperados.

Há em curso o Plano Paraná Cooperativo – PRC100 que demanda a implementação de políticas públicas e investimentos em infraestrutura permitindo a sua competitividade, a agregação de valor na industrialização e o escoamento da produção agrícola e pecuária. Produção, que por si só, já demandaria várias melhorias logísticas, ainda atende à boa parte da safra de estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Desta forma, sugerimos uma pauta proativa que contribua para a melhoria e aumento de poder competitivo da economia paranaense:

#### **1 BRDE:**

O BRDE tem um papel importante no desenvolvimento do Paraná, fomentando os investimentos nas atividades produtivas gerando empregos, agregando valor a produção primária, permitindo a ampliação das exportações e promovendo a competitividade das empresas paranaenses. Importante destacar que em 2018 o BRDE foi o maior financiador dos projetos de investimentos das cooperativas, aplicando o montante de R\$550 milhões.

**Sugestões:**

- 1.1 Fortalecer a atuação do BRDE como agente de financiamento dos investimentos de longo prazo;
- 1.2 Coordenar ações dos agentes econômicos do Paraná junto ao BNDES para obtenção de recursos de longo prazo para financiar projetos prioritários para o desenvolvimento do Paraná;
- 1.3 Criar um grupo técnico composto por representantes do Governo (SEFA, BRDE, APD, SEAB) e Ocepar (cooperativas) para desenvolver mecanismos que possibilitem o uso dos créditos de ICMS das cooperativas na amortização de financiamentos específicos junto ao BNDES que possibilite ao Governo incentivar o desenvolvimento econômico do interior do Paraná.

**2 PORTO:**

O estado do Paraná, nos últimos anos, conseguiu colocar em prática amplo programa de modernização dos portos de Paranaguá e Antonina, resolvendo problemas como o fim das filas de caminhões para descarga e de navios para atracação. A profissionalização da gestão administrativa destes portos foi fundamental para a obtenção destes resultados e será fundamental a continuidade deste trabalho para dar sequência as melhorias e tornar o Paraná cada vez mais atrativo para novos investimentos.

**Sugestões:**

- 2.1 Modernizar e substituir as correias transportadoras no corredor de exportação. Quatro dos seis *shiploaders* do corredor possuem capacidade de 2.000 toneladas por hora, além de ainda faltar a substituição dos últimos dois, as correias transportadoras que alimentam esses equipamentos, possuem capacidade inferior a 2.000 toneladas e estão depreciadas, causando perda de produtividade e derramamento de produto;
- 2.2 Extinguir a classificação obrigatória da CODAPAR nos Portos, visto que haverá a evolução dos controles da Receita Federal Brasileira através do *ISPS Code* que torna desnecessário tal procedimento;
- 2.3 Agilizar processos de licitações das áreas para novos terminais;
- 2.4 Agilizar a aprovação dos projetos de melhoria e os novos investimentos no porto, como exemplos a continuidade das obras no cais oeste e a construção do píer em T, no corredor de exportação, que aumentaria a capacidade de escoamento da produção paranaense.

### 3 ENERGIA ELÉTRICA

O cooperativismo reconhece o empenho e agradece ao governo do estado pela promulgação da Lei nº 19.812/2019 que estabelece desconto da Tarifa Rural Noturna de energia. Esta ação beneficia aproximadamente 12 mil produtores responsáveis pela cadeia produtiva de aves, suínos, peixes e leite, que dependem de energia a um custo menor para serem competitivas no mercado nacional.

O setor cooperativista pelo seu modelo de produção verticalizado tem se tornado cada vez mais dependente da energia como insumo de produção, no entanto, os problemas de qualidade de energia, como as frequentes interrupções, têm atrapalhado o desenvolvimento da produção e impactado no aumento do custo de produção.

#### **Sugestões:**

- 3.1 Instalar novas linhas de transmissão e promover a troca de cabos e transformadores, com objetivo de melhorar a qualidade da energia rural, em especial nas regiões sudoeste e oeste do Paraná;
- 3.2 Revisar o modelo de manutenção e reparos do sistema pela Copel, buscando reduzir o tempo de reparos e de restabelecimento da energia;
- 3.3 Criar programa de parcerias para geração de energias renováveis, explorando potenciais de geração em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), parques eólicos, centrais de geração fotovoltaica, biomassa e biodigestores;
- 3.4 Incentivar a geração distribuída para aumentar a oferta de energia, melhorando a qualidade da energia oferecida;
- 3.5 Atuar para que a agricultura do Paraná e as cooperativas de infraestrutura não sejam inviabilizadas com a implementação do Decreto nº 9.642, de 27/12/2018, que reduz gradativamente em 20% ao ano os descontos sobre tarifas de energia elétrica, a partir de janeiro de 2019, para os próximos procedimentos de revisão tarifária. Também veda descontos cumulativos.

### 4 INFRAESTRUTURA

Um dos maiores limitadores do crescimento econômico no Brasil tem sido a deficiência nos investimentos em infraestrutura. Atualmente, há uma dependência do modal rodoviário, que representa cerca de 80% do transporte interno. Com a fiscalização do piso mínimo de fretes a situação se agravou pelo fato de que o piso estabelecido para o transporte de grãos ficou em valores superiores aos preços de mercado dos fretes. Ações urgentes devem ser tomadas para garantir condições para o escoamento da produção aos portos e aos centros consumidores.

Neste sentido propomos que o governo do estado, em conjunto com o G7, estude e planeje ações de investimentos em infraestrutura que restabeleçam a competitividade do estado no transporte de alimentos, priorizando os seguintes pontos:

#### **4.1 Rodovias:**

4.1.1 **Concessões Públicas:** Incluir a iniciativa privada no grupo de trabalho composto pelo governo estadual e federal para elaborar o novo modelo de concessão das rodovias federais no estado em substituição ao modelo utilizado atualmente no Anel da Integração;

4.1.2 Priorizar a manutenção e posterior duplicação de alguns trechos da malha viária no estado, a exemplo:

- PR 280 – Melhorar e duplicar a rodovia nos seguintes trechos: Barracão – Francisco Beltrão – Pato Branco – Palmas/General Carneiro, até o entroncamento com a BR 153;
- PR 323 – Duplicar o trecho Maringá – Guaíra;
- PR 445 – Duplicar o trecho Mauá da Serra – Londrina;
- PR 487/460 – Duplicar o trecho Guarapuava – Campo Mourão.

#### **4.2 Ferrovias:**

4.2.1 Concluir os estudos de viabilidade econômica da nova ferrovia Dourados – Paranaguá, e buscar investidores para sua construção e operação;

4.2.2 Negociar com a RUMO Logística forma de investimento para recuperação da capacidade de operação do trecho Guarapuava – Ponta Grossa.

4.2.3 Buscar solução definitiva para a operacionalização do trecho da ferrovia entre Cascavel e Guarapuava, que viabilize a integração de fluxo de cargas por ferrovia até Paranaguá.

## **5 CALENDÁRIO DE PLANTIO DA SOJA**

A dificuldade de critério técnico na fiscalização da época de plantio da soja entre o Paraná e Santa Catarina tem trazido muita insatisfação aos produtores de soja localizados na divisa dos Estados.

#### **Sugestões:**

5.1 Aumentar o período de plantio da soja até a data de 15 de janeiro para os municípios localizados próximos a divisa com Santa Catarina.

5.2 Reavaliar as notificações e autuações que ocorreram especificamente nas safras de 2016 a 2019, para os plantios de soja após 31 de dezembro de 2018, desde que se observe a rotação de cultura e período de vazio sanitário recomendado pela EMBRAPA.

## 6 MEIO AMBIENTE

No setor ambiental, as cooperativas são grandes demandantes dos serviços prestados pelo governo por meio do IAP, SEMA e Águas Paraná. Apenas no quesito licenciamento ambiental, são quase 7.000 licenciamentos demandados pelas cooperativas e seus cooperados nas mais diversas atividades. Destaca-se a atividade da suinocultura, pois prevê-se que nos próximos anos o número de produtores duplique, devido a instalação e ampliação dos frigoríficos das cooperativas.

### Sugestões:

- 6.1 Dar agilidade ao processo de licenciamento ambiental das atividades no estado;
- 6.2 Permitir no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) o acompanhamento da situação das ações ambientais e processos de licenciamento;
- 6.3 Harmonizar a orientação e exigências no licenciamento ambiental entre as diferentes regionais do órgão ambiental;
- 6.4 Garantir que se mantenha a Resolução Conjunta nº 001/2018 da SEMA/IAP/SEAB/ADAPAR, que revogou a Resolução SEIN nº 22 de 1985, harmonizando a regulamentação da aplicação e destinação das embalagens de agroquímicos no estado do Paraná, em conformidade com o que diz respeito a aplicação de defensivos em áreas de preservação permanente estabelecidas pelo Código Florestal;
- 6.5 Definir regras e disponibilizar modelos para o Programa de Regularização Ambiental – PRA, bem como assistência técnica e mudas para sua implantação.

## 7 SANIDADE PECUÁRIA

O Paraná é um importante produtor e exportador brasileiro de carnes de frango e suínos. Em 2017, o estado abateu mais de 1,8 bilhões de aves e produziu 780 mil toneladas de carne suína, sendo as cooperativas responsáveis por 35% da produção de aves e 49% da produção de suínos.

A possibilidade de tornar o Estado do Paraná um território com o “status de estado livre de febre aftosa sem vacinação”, possibilita ganhos significativos para o setor pecuário, permitindo acessar mercados internacionais, que remuneram melhor os produtos.

**Sugestões:**

- 7.1 Priorizar as ações no estado, no âmbito do país e junto à OIE para o reconhecimento do Paraná com área livre de febre aftosa sem vacinação;
- 7.2 Concluir a estruturação dos postos de fiscalização e reforma do laboratório, realizados pelo governo do Paraná e com apoio do setor produtivo.
- 7.3 Dar andamento ao programa PNEFA do MAPA no Paraná para a suspensão da vacinação de bovídeos, até o final de 2019;
- 7.4 Reforçar a vigilância para prevenção contra a gripe aviária e peste suína clássica.

Atenciosamente,

José Roberto Ricken  
Presidente Sistema Ocepar